

2 EMPREGO E RENDA

O mercado de trabalho vem apresentando uma importante evolução em seus principais indicadores agregados. Apesar do menor ritmo de criação de empregos (281 mil nos últimos 12 meses) nas regiões metropolitanas (RMs), vem se consolidando um processo de formalização dos vínculos trabalhistas – na verdade, a única forma de inserção a crescer em termos líquidos, nesses primeiros quatro meses de 2006, foi a ocupação com carteira assinada. O movimento tem se dado também pela contínua redução de empregos informais (seja sem carteira ou por conta própria).

A taxa de desemprego registrada em 2006 ficou sempre em níveis inferiores aos de iguais períodos do ano anterior. Contudo, o desempenho positivo desse indicador reflete a menor pressão da taxa de participação,¹ que na média do primeiro quadrimestre de 2006 também foi inferior à do mesmo período de 2005.

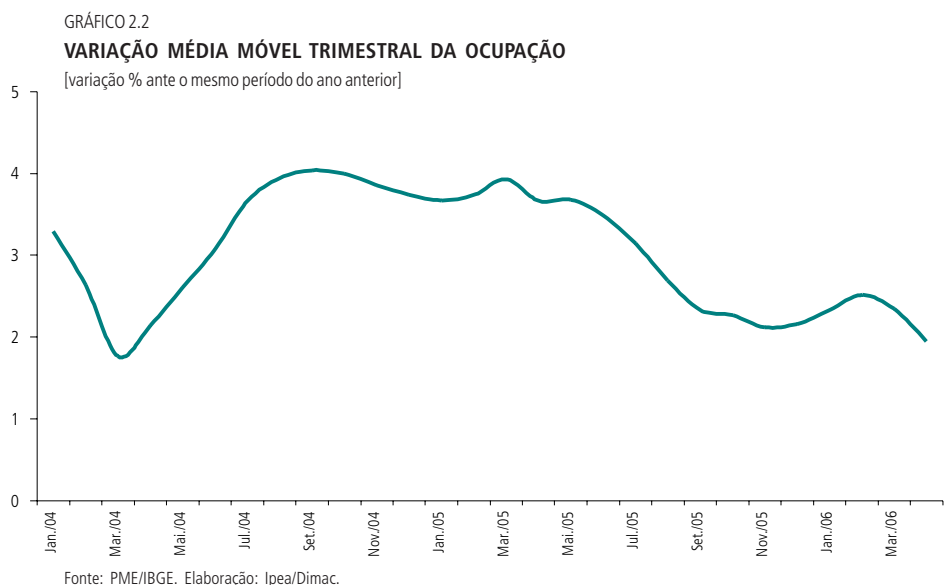
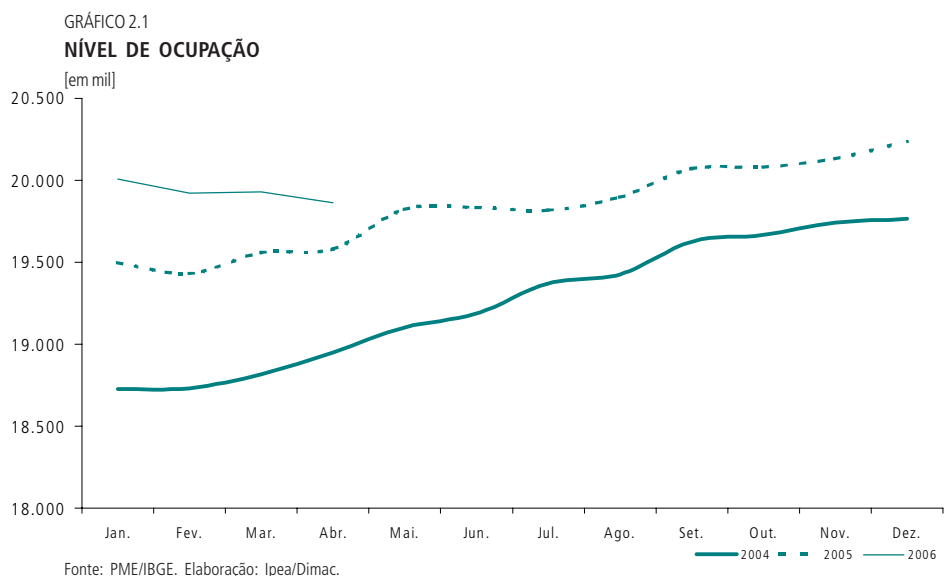
Os rendimentos reais continuaram com o movimento de crescimento em abril – o terceiro aumento consecutivo na variação ante o mês anterior. Nesse mês registrou-se o segundo maior nível de expansão anual, superando pela primeira vez os patamares registrados nos mesmos meses de 2003 – ano em que os rendimentos caíram à taxa de dois dígitos.

OCUPAÇÃO

A ocupação, no acumulado em 12 meses, vem crescendo em ritmo cada vez mais lento. Após expansão de 3,9% (equivalente à criação de 742 mil ocupações) em março do ano passado, iniciou-se um processo de desaceleração do crescimento desse indicador até atingir, em abril de 2006, a taxa de 1,4%. Essa tendência se acentuou de tal maneira que nos primeiros quatro meses de 2006 foram eliminadas 377 mil vagas nas seis RMs cobertas pela Pesquisa Mensal de Emprego (PME). Apesar de os primeiros meses do ano, por motivos sazonais, normalmente indicarem maior número de demissões que de contratações, neste início de 2006 a retração do número de ocupados foi 105% maior que no mesmo período do ano passado. Com isso, a criação de 281 mil empregos em 12 meses atingiu em abril de 2006 o menor patamar da série histórica da nova PME (iniciada em março de 2002).

Um aspecto revelador da menor absorção da ocupação pelo mercado de trabalho está na evolução das curvas anuais da ocupação, indicadas no Gráfico 2.1. A única curva com inclinação negativa é a do ano de 2006, enquanto as curvas de 2005 e de 2004 possuem inclinações positivas, pelo menos a partir de fevereiro. O Gráfico 2.2 mostra a variação da média móvel trimestral do emprego ante o mesmo período do ano anterior. A tendência de desaceleração na criação de oportunidades de trabalho é nítida: partindo de 4% em setembro

1. Calculada dividindo-se a população economicamente ativa (PEA) pela população em idade ativa (PIA).



de 2004, ela atingiu apenas 1,9% em abril de 2006, o menor patamar desde março de 2004.

A Pesquisa de Emprego e Desemprego (PED), da Fundação Sistema Estadual de Análise de Dados (Seade) e do Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos (Dieese), mostra um quadro muito similar ao registrado pela PME: crescimento anual de 1,1% da ocupação na RM de São Paulo, bem abaixo do indicador registrado em abril de 2005 (5,4%). Com a queda de 67 mil empregos nas seis RMs cobertas pela PME em abril de 2006, não há boas perspectivas para a evolução da ocupação em maio segundo a PED. Isso decorre da metodologia que a PED utiliza (média móvel trimestral de seus indicadores) que faz com que a PME, de certa forma, antecipe seus movimentos.

O desempenho da ocupação por ramos de atividade apresenta-se bastante diferenciado. A indústria, por exemplo, foi o setor que mais perdeu trabalhadores (146 mil) no acumulado de 2006, registrando, inclusive, uma retração mais intensa que a ocorrida no mesmo período do ano passado (105 mil). Só em abril foram 81 mil vagas a menos. Por outro lado, a

eliminação de vagas em abril de 2006 foi menor que a registrada no mesmo mês de 2005 (100 mil), como aponta a Tabela 2.1. A evolução do emprego na indústria nas seis RMs cobertas pela PME é bem diferente da monitorada pelo Cadastro Geral de Empregados e Desempregados (Caged) – criação de 78 mil vagas na indústria de transformação. Tal discrepância, todavia, será explicada detalhadamente mais adiante, quando for feita a análise da ocupação pelos diferentes vínculos trabalhistas.

A Pesquisa Mensal do Emprego e Desemprego (Pimes), do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), mostra um cenário de desaquecimento do mercado de trabalho no setor industrial, com quedas na variação sobre o mesmo mês do ano anterior há sete meses consecutivos. Na variação do acumulado em 2006, a expansão da ocupação está em 0,66%, patamar bem inferior aos 2,7% registrados no período de janeiro a abril do ano passado.

Em relação à construção civil, pelos dados da PME houve corte líquido de vagas tanto em abril deste ano (14 mil, ou -1%) quanto do ano passado (6 mil, ou -0,4%). Acredita-se, porém, que esse setor possa se beneficiar de um maior aquecimento nos próximos meses, dado o pacote de incentivos² anunciado pelo governo no início deste ano. Já o setor de comércio eliminou mais postos de trabalho no acumulado do ano de 2006 (76 mil) do que no mesmo período do ano passado (32 mil). No entanto, em abril de 2006 as contratações líquidas somaram 66 mil trabalhadores – um crescimento de 1,7% ante o mês imediatamente anterior –, o que representa um desempenho superior ao registrado em abril de 2005 (1,5%). Apesar da recuperação, o crescimento de empregos em abril, quando comparado ao mesmo mês do ano anterior, ainda está abaixo do registrado em abril de 2005 (2,4%).

Serviços às empresas³ também foi um setor que contribuiu para a retração da ocupação no acumulado de 2006, dada a eliminação de 56 mil vagas ante um corte de 33 mil no mesmo período de 2005. Por outro lado, a variação de empregos do setor em abril, na

TABELA 2.1
PME/IBGE: VARIAÇÃO NA OCUPAÇÃO POR SETOR DE ATIVIDADE
[em %]

Período	Indústria		Construção civil		Comércio		Serviços a empresas		Administração pública		Serviços domésticos		Total	
	Período anterior	Período ano anterior	Período anterior	Período ano anterior	Período anterior	Período ano anterior	Período anterior	Período ano anterior	Período anterior	Período ano anterior	Período anterior	Período ano anterior	Período anterior	Período ano anterior
	1º trim. 2005	-1,4	5,5	-2,3	-0,6	0,7	2,1	-1,2	7,7	0,4	2,7	-1,4	9,0	-1,1
Abr./2005	-2,9	0,9	-0,4	3,1	1,5	2,4	-0,7	4,7	0,1	3,9	3,3	10,4	0,1	3,4
2º trim. 2005	0,5	2,9	0,8	4,8	0,0	1,8	-1,4	1,9	4,4	3,5	5,7	11,0	1,3	3,6
3º trim. 2005	1,5	1,6	-2,4	3,4	-0,2	1,4	5,2	4,5	-0,9	0,7	1,3	8,3	0,9	2,3
4º trim. 2005	1,3	1,9	4,8	0,7	2,0	2,4	1,8	4,2	0,3	4,1	-2,4	3,0	1,2	2,2
1º trim. 2006	-2,4	0,9	-2,0	1,0	-1,3	0,3	0,3	5,8	0,3	4,1	0,3	4,8	-1,0	2,4
Abr./2006	-2,3	0,7	-1,0	-0,6	1,7	0,6	-0,7	5,0	0,1	2,8	0,1	0,4	-0,4	1,4

Fonte: PME/IBGE. Elaboração: Ipea/Dimac.

2. O pacote de incentivo à construção civil prevê R\$ 8,7 bilhões de recursos da caderneta de poupança para crédito imobiliário, com aumento de 90% em relação a 2005. Outra medida do conjunto eleva de R\$ 110 milhões para R\$ 1 bilhão o volume de recursos para o Fundo Nacional de Habitação de Interesse Social (FNHIS). Somada a isso, uma lista com 40 itens de materiais de construção teve a alíquota do Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI) reduzida ou zerada.

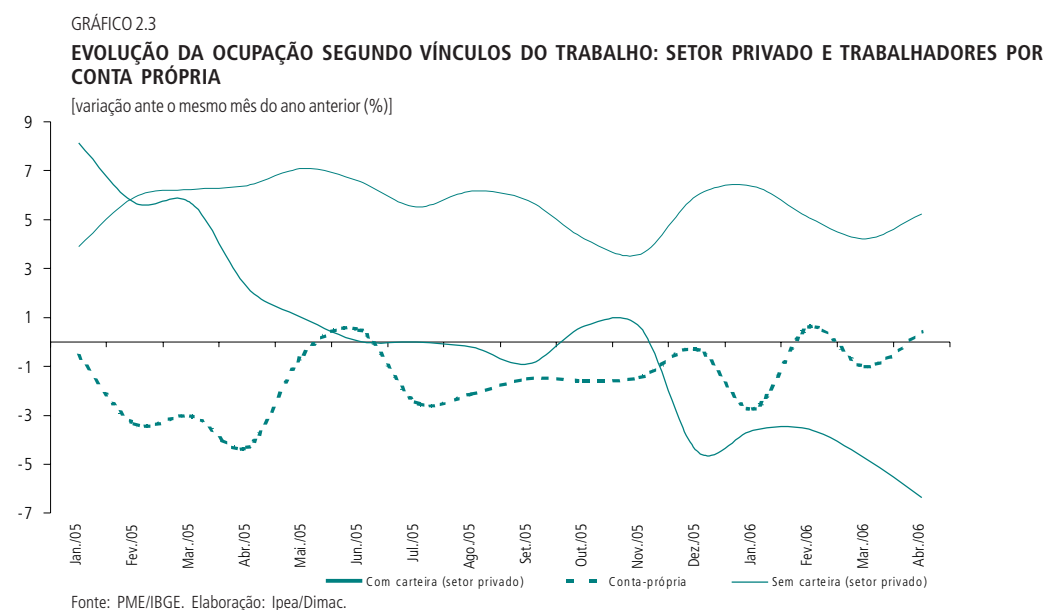
3. Essa classificação setorial também engloba aluguéis, atividades imobiliárias e intermediações financeiras.

comparação com abril do ano passado, é a maior (5%) dentre os vários setores da PME. Já administração pública⁴ foi o único setor que apresentou crescimento de empregos no acumulado de janeiro a abril de 2006 (90 mil). Porém, esse setor também se encontra com um quadro de desaquencimento do mercado de trabalho em 2006, quando se leva em consideração que no mesmo período do ano passado houve criação de 134 mil vagas. O setor de serviços domésticos, em especial, tem passado por um forte arrefecimento da expansão da ocupação, com a variação ante igual mês do ano anterior reduzindo-se de 13% em julho de 2005 para apenas 0,4% em abril – a menor variação positiva de todos os setores de atividade da PME.

A desagregação da ocupação segundo os diferentes vínculos empregatícios revela a consolidação progressiva de uma mudança estrutural no mercado de trabalho: desde fevereiro de 2005 o emprego com carteira assinada cresce mais que o emprego sem carteira, numa clara trajetória de melhoria da qualidade do emprego metropolitano.

O Gráfico 2.3 mostra a variação da ocupação – ante o mesmo mês do ano anterior – dos diferentes vínculos do trabalho. Note-se que não só os empregos com carteira do setor privado vêm crescendo mais que os contingentes sem carteira e por conta própria, como também o diferencial de crescimento entre empregos com e sem carteira assinada vem se ampliando consistentemente desde novembro do ano passado, quando os empregos sem carteira passam a sofrer quedas anuais – movimento que se mantém há sete meses consecutivos. Enquanto em abril de 2006 o emprego com carteira do setor privado cresceu à taxa anual de 5,2%, os sem carteira reduziram-se em 6,3%, configurando a maior queda anual desse contingente na nova PME. Paralelamente a isso, o contingente de trabalhadores por conta própria vem apresentando redução na ocupação em quase todos os meses desde janeiro de 2005 – as exceções foram junho de 2005 e fevereiro e abril de 2006.

Pela análise da Tabela 2.2 percebe-se claramente que em abril de 2006 só houve expansão da ocupação para o contingente de empregados com carteira assinada (109 mil), concomitante às eliminações de 37 mil trabalhadores sob o Regime Jurídico Único (RJU), de 19 mil sem carteira e de 57 mil trabalhadores por conta própria. Essa situação é bastante distinta da ocorrida no mesmo mês de 2005, quando aumentou em 75 mil o contingente



4. Essa classificação também inclui educação, saúde, seguridade social, serviços sociais e defesa.

TABELA 2.2
VARIAÇÃO ABSOLUTA DA OCUPAÇÃO POR VÍNCULOS DO TRABALHO
 [variação ante período imediatamente anterior]

Período	Com carteira	RJU	Sem carteira	Conta-própria	Total ^a
1º trim./2005	126	6	-258	-84	-205
Abr./2005	24	14	75	-112	21
2º trim./2005	181	-23	127	-17	274
3º trim./2005	61	44	17	117	238
4º trim./2005	193	-4	-7	-29	166
1º trim./2006	-98	97	-196	-110	-309
Abr./2006	109	-37	-19	-57	-67

Fonte: PME/IBGE. Elaboração: Ipea/Dimac.

^a Nível de ocupação contando com trabalhadores não-remunerados e empregadores.

de empregados sem carteira, e os empregados com carteira e RJU somados expandiram-se em 38 mil. Por outro lado, o corte de trabalhadores por conta própria no mesmo mês foi de 112 mil, o dobro da retração sofrida em abril de 2006.

Os dados do Caged indicam um recorde na criação de vagas formais no primeiro quadrimestre do ano (570 mil) desde sua implementação em dezembro de 1965, ficando inclusive 2% acima do registrado no mesmo quadrimestre de 2005 (558 mil). A forte criação de empregos segundo essa fonte de dados não deve ser interpretada como um ponto fora da curva, dado que a PME registrou queda da ocupação nesse mesmo período. A explicação desse fenômeno está na diferença da evolução dos empregos formais e informais e suas respectivas realocações espaciais. Com a abertura comercial e o processo de globalização no início da década de 1990, a indústria, por exemplo, foi um dos setores que mais sentiu a necessidade de aumentar sua produtividade – inicialmente reduzindo rapidamente a ocupação. Paralelamente a isso, considerável parte desse setor migrou para regiões não-metropolitanas com o passar dos anos, perdendo de modo significativo sua participação nas RMs. Esse fenômeno embasa o registro, por parte da PME, de queda da ocupação na indústria enquanto o Caged, que monitora todo o território nacional, captando criações de empregos em regiões que a PME não cobre, indicou crescimento desse contingente.

Ao separar o crescimento da ocupação com carteira assinada do setor privado nas seis regiões metropolitanas da PME, chega-se a 412 mil novas vagas nos últimos 12 meses, bem acima das 281 mil referentes à expansão total da ocupação. Considerando ainda que a PME cobre, *grosso modo*, 1/4 da população ocupada nacional, pode-se inferir uma criação de 1,6 milhão de empregos em todo o país. O Caged registrou, nos últimos 12 meses, a formação de 1,3 milhão de novos empregos celetistas (Gráfico 2.4) o que parece, de certa forma, consistente com a evolução da PME, considerando-se as diferentes coberturas geográficas de cada uma das fontes.

Esse movimento em direções contrárias do emprego formal e informal reforça a tendência de aumento do grau de formalidade do mercado de trabalho metropolitano (Gráfico 2.5).⁵ A curva do grau de formalidade de 2006 mostra o salto desse indicador – principalmente no período de março a abril, quando o grau de formalidade alcançou sua marca histórica (54,13%) na nova série da PME.

5. O grau de formalidade calculado nesta seção foi feito pela soma dos trabalhadores com carteira assinada e RJU divididos pelo total da ocupação.

GRÁFICO 2.4
CRIAÇÃO DE EMPREGOS FORMAIS NO ACUMULADO EM 12 MESES

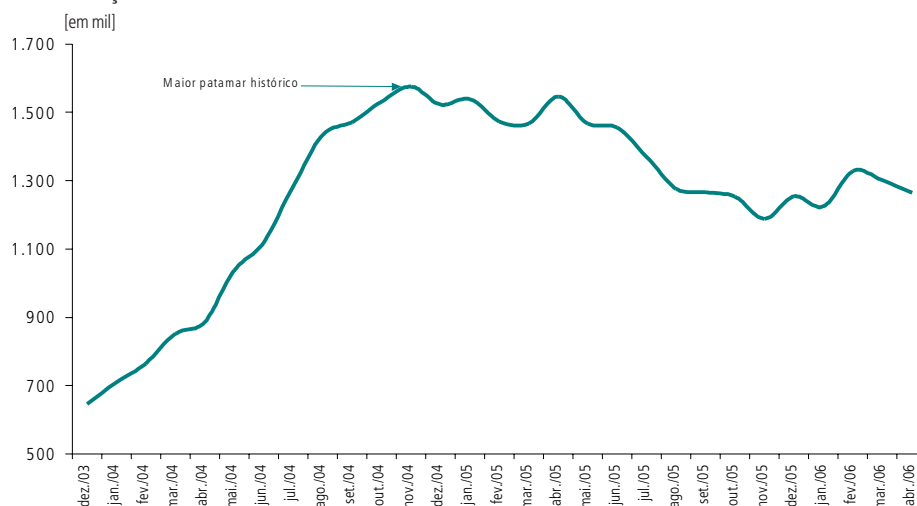
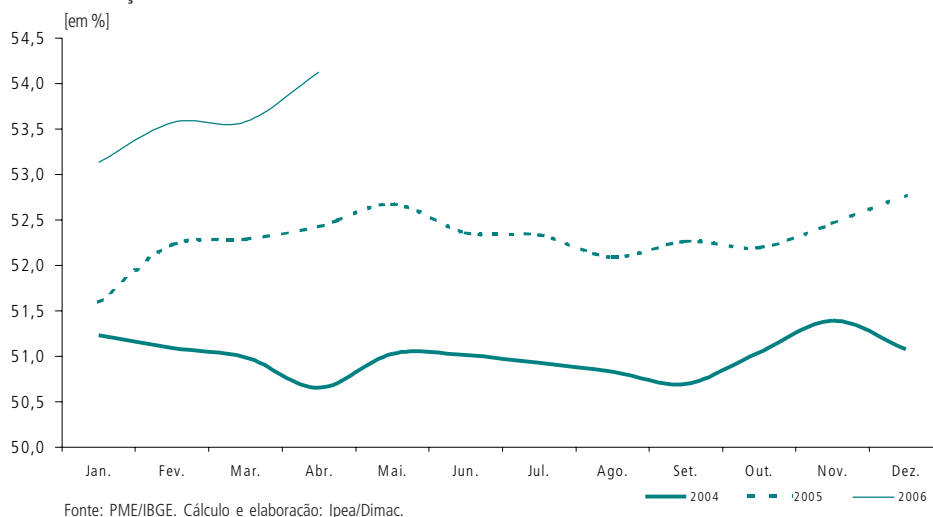


GRÁFICO 2.5
EVOLUÇÃO DO GRAU DE FORMALIDADE NO MERCADO DE TRABALHO METROPOLITANO



Apesar das incertezas quanto à continuação desse movimento e sua intensidade, é nítida a existência de uma mudança na composição da expansão da ocupação. O crescimento das exportações, somado à maior fiscalização do Ministério do Trabalho e à estabilidade econômica – que acaba por deixar menos nebuloso o cenário para a formulação de estratégias dos empresários – são os maiores influenciadores desse movimento. No entanto, a valorização cambial recente trouxe efeitos negativos à rentabilidade das empresas exportadoras, o que leva à expectativa de algum impacto negativo dessa redução do número de empresas exportadoras na evolução da formalidade no mercado de trabalho nos próximos trimestres.

A seletividade do mercado de trabalho continua cada vez mais evidente, pois o número insuficiente de vagas criadas não absorve todos os indivíduos que entram na PEA à procura por emprego. Com isso a população com maior grau de escolaridade continua sendo a parcela que tem tido mais êxito na obtenção de trabalho. De acordo com a Tabela 2.3, a variação percentual da ocupação, ante o mesmo mês do ano anterior, das pessoas com 11

TABELA 2.3
PME/IBGE: VARIAÇÃO DA OCUPAÇÃO POR GRAU DE ESCOLARIDADE

Mês	Sem instrução e menos de 1 ano	1 a 3 anos	4 a 7 anos	8 a 10 anos	11 anos ou +	Total ^a
Jan./2005	-5,1	-1,0	0,3	3,2	7,6	4,1
Fev./2005	-10,8	-2,1	-2,4	3,0	8,8	3,8
Mar./2005	-1,9	-3,6	-0,6	3,3	8,1	4,1
Abr./2005	-15,7	-1,7	-1,8	4,4	7,3	3,3
Mai./2005	-8,8	-0,2	-0,8	2,6	7,9	3,9
Jun./2005	-8,7	1,3	-0,3	1,5	7,0	3,4
Jul./2005	-13,7	-3,3	-1,5	1,6	6,1	2,3
Ago./2005	-9,2	-0,4	-1,3	0,7	6,0	2,5
Set./2005	-8,2	-1,2	-1,5	1,2	5,6	2,3
Out./2005	-8,9	-6,5	-1,2	0,4	6,1	2,2
Nov./2005	-9,4	-5,2	-1,0	0,7	5,4	2,0
Dez./2005	-5,3	-5,3	-2,0	0,2	6,7	2,4
Jan./2006	-9,5	-3,3	-1,7	0,2	7,0	2,7
Fev./2006	1,7	-3,9	-0,8	1,3	5,4	2,6
Mar./2006	-7,6	0,5	-4,2	2,4	5,3	1,9
Abr./2006	1,1	0,0	-5,5	2,0	4,8	1,5

Fonte: PME/IBGE. Cálculo e elaboração: Ipea/Dimac.

^a Desconsiderando as informações sem declaração sobre educação.

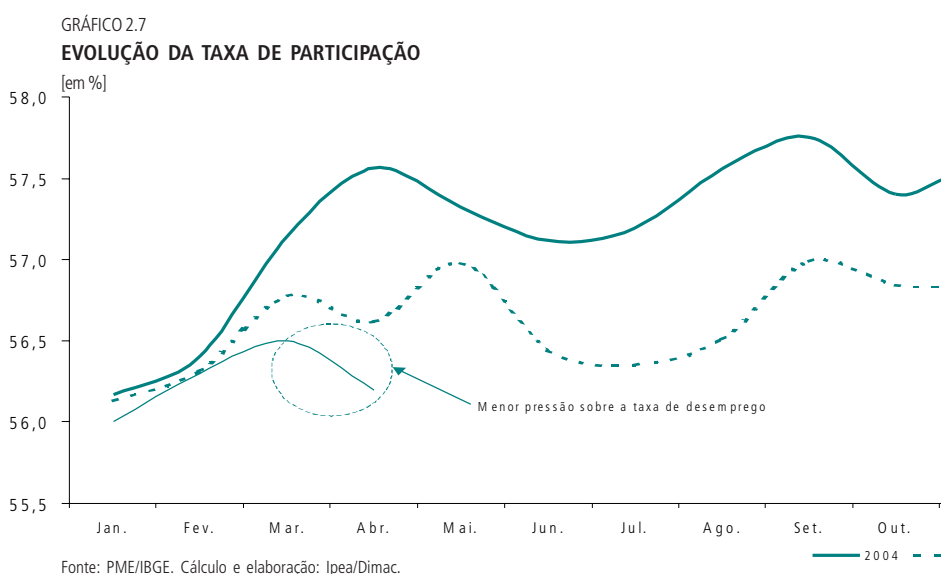
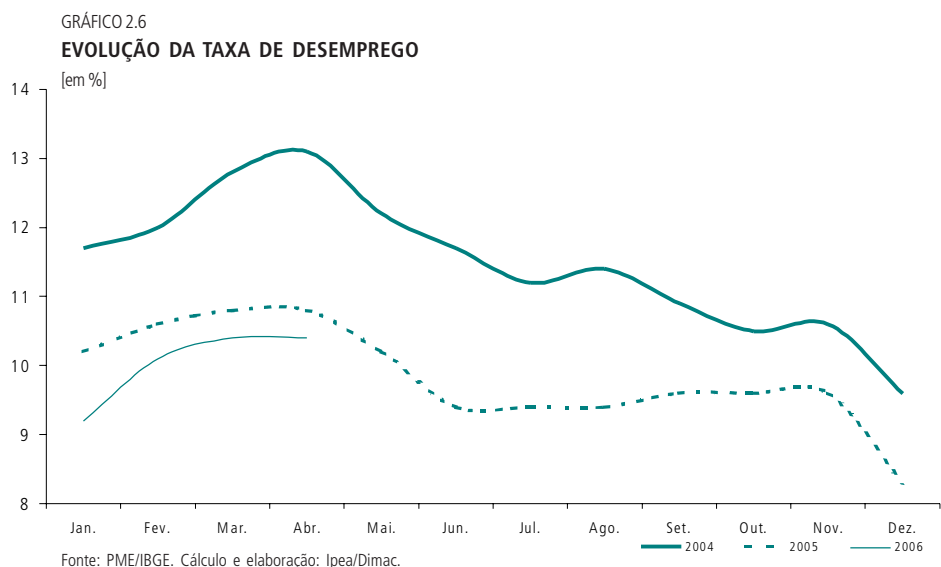
anos ou mais de estudo é sempre maior que a taxa de crescimento da ocupação total – às vezes, o crescimento dos mais escolarizados é mais que o dobro da expansão total da ocupação. O oposto ocorre com os contingentes com menos anos de estudo, em que as taxas negativas de variação anual predominam.

A desaceleração da PEA pode refletir, em alguma medida, o maior desalento das pessoas e, em alguns casos, o adiamento do ingresso no mercado de trabalho – sobretudo no caso das pessoas com menor grau de instrução, que estenderiam o tempo para aquisição de mais qualificação (em termos de anos de estudo) com o objetivo de aumentar suas chances de empregabilidade no futuro.

DESEMPREGO

A taxa de desemprego em 2006 tem se mantido, para todos os efeitos, sempre abaixo das taxas registradas nos mesmos meses de anos anteriores (Gráfico 2.6). Todavia, o diferencial entre as curvas anuais da taxa de desemprego entre 2005 e 2006 diminuiu de 1 p.p. em janeiro para 0,4 ponto percentual (p.p.) em abril. Apesar da expectativa de redução da taxa de desemprego nos próximos meses, tal movimento terá de ser mais forte que o registrado no mesmo período do ano passado, para que o diferencial entre essas duas curvas volte a crescer.

Como visto, essa evolução positiva da taxa de desemprego ao longo de 2006 não reflete o aumento da ocupação, e sim a menor pressão associada ao arrefecimento da expansão da PEA, reduzindo assim a taxa de participação do mercado de trabalho (Gráfico 2.7). Um



aspecto a ser considerado na análise do desempenho do mercado de trabalho em abril deste ano é que o mês caracterizou-se por um número atipicamente baixo de dias úteis devido ao acúmulo de feriados. Isso pode ter influenciado negativamente, mesmo que em pequeno grau, a disposição de procurar por trabalho. Nos próximos meses espera-se que a PEA volte a crescer, embora as taxas anuais se mantenham abaixo de 2%.

No acumulado dos primeiros quatro meses de 2006, a PEA expandiu-se em 79 mil pessoas, fluxo semelhante ao registrado no mesmo período do ano passado (82 mil). A ocupação, no entanto, caiu mais em 2006 (-377 mil vagas) do que no ano passado (-184 mil). Se esses dois movimentos continuarem na mesma tendência, a taxa de desemprego em 2006 poderá, em algum momento, superar os patamares de 2005 para meses equivalentes.

A Tabela 2.4 mostra a variação percentual anual dos principais agregados do mercado de trabalho. A PEA mostra aceleração de seu crescimento anual em patamares abaixo de 1% no período junho a setembro de 2005 para uma taxa próxima a 2% em fevereiro, declinando novamente nos dois meses seguintes. No acumulado de janeiro a abril de 2005 o crescimento anual médio (diante de igual período do ano anterior) foi de 2,4%, enquanto no mesmo período de 2006 o crescimento foi de apenas 1,5%.

TABELA 2.4
PME/IBGE: PIA, PEA E OCUPADOS
 [variação ante o mesmo mês do ano anterior (%)]

Período	PIA	PEA	Total	Empregados do setor público	Ocupados		Conta-própria
					Empregados do setor privado		
					Com carteira	Sem carteira	
Média de 2003 ^a	2,1	5,7	4,7	-0,1	1,9	10,8	8,4
Média de 2004	2,0	2,2	3,2	1,6	2,0	5,4	5,0
Média de 2005	2,1	1,1	3,0	2,9	5,6	1,5	-1,7
Média de jan.- abr./2005	2,4	2,6	3,8	4,2	5,6	5,4	-2,8
Abr./2005	2,4	0,7	3,3	5,0	6,4	2,2	-4,3
Mai./2005	2,0	1,4	3,8	2,7	7,1	1,0	-0,5
Jun./2005	1,9	0,7	3,4	1,4	6,6	0,0	0,5
Jul./2005	1,8	0,3	2,3	-0,8	5,5	0,0	-2,5
Ago./2005	2,1	0,2	2,4	-0,5	6,2	-0,2	-2,1
Set./2005	2,2	0,8	2,3	2,1	5,8	-0,9	-1,5
Out./2005	2,1	1,1	2,1	4,4	4,2	0,6	-1,6
Nov./2005	2,1	0,8	2,0	3,4	3,6	0,6	-1,4
Dez./2005	2,0	1,0	2,4	5,3	6,0	-4,5	-0,3
Jan./2006	1,8	1,6	2,6	6,4	6,4	-3,6	-2,8
Fev./2006	1,9	1,9	2,5	6,5	5,1	-3,6	0,6
Mar./2006	1,9	1,4	1,9	7,2	4,2	-4,8	-1,0
Abr./2006	1,7	1,0	1,4	5,3	5,2	-6,3	0,4
Média de jan.- abr./2006	1,8	1,5	2,1	6,3	5,2	-4,6	-0,7

Fonte: PME/IBGE. Cálculo e elaboração: Ipea/Dimac.

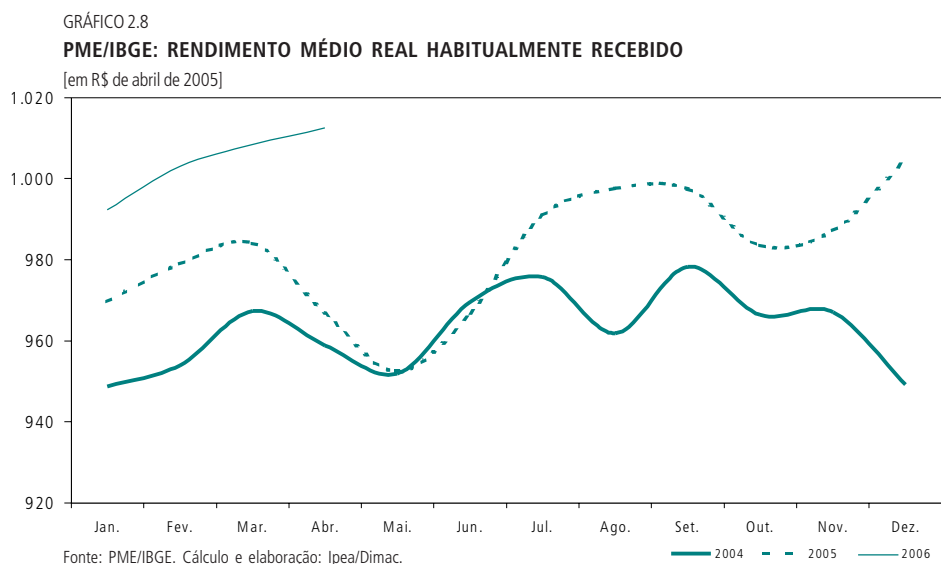
^a Média anual de março a dezembro.

RENDA DO TRABALHO

Após registrar um pico em dezembro último em termos de variação anual, a taxa de crescimento dos rendimentos reais desacelerou para a faixa entre 2,3% e 2,5% no primeiro trimestre de 2006. Contudo, o aumento real de 13% do salário mínimo (SM) em 1º de abril – para R\$ 350 – fez com que a média dos rendimentos reais habitualmente recebidos voltasse a acelerar. Assim, com um aumento mensal, comparado ao mês imediatamente anterior, de 0,4% (é o terceiro crescimento mensal consecutivo medido pela PME), a variação ante o mesmo mês do ano anterior voltou a apresentar forte alta, para 4,7% – a segunda maior variação da série desde março de 2002.

Outras influências positivas, que vêm ajudando no crescimento dos rendimentos reais no início de 2006, são a queda da inflação medida pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor (INPC) no acumulado em 12 meses e a ocorrência de forte crescimento dos empregos com carteira do setor privado – já que esse contingente possui rendimentos acima da média total da ocupação.

A perda de 12,6% dos rendimentos reais ocorrida em 2003 foi finalmente revertida: em abril os rendimentos reais atingiram R\$ 1.012,50 (Gráfico 2.8), ultrapassando o valor do mesmo mês de 2003 (R\$ 993,84) – ambos indicadores em reais de abril de 2006. Nesse sentido, as próximas variações positivas dos rendimentos reais implicarão de fato aumento do poder de compra dos trabalhadores relativamente ao pico prévio atingido. Outro aspecto



revelador do melhor desempenho dos rendimentos reais no acumulado de 2006 é a variação anual média desse período – ante o mesmo período do ano anterior – que se encontra em 3% (Tabela 2.5) – acima da expansão de 1,8% registrada no primeiro quadrimestre de 2005 (na mesma comparação).

Os rendimentos reais evoluíram de maneiras distintas entre as categorias de inserção da ocupação. Os trabalhadores por conta própria foram os que mais se beneficiaram em termos da evolução dos rendimentos reais – tanto em abril (6,7%) quanto na média do quadrimestre de 2006 (5,3%) ante o mesmo mês do ano anterior. Os empregados sem carteira assinada vêm em seguida na média do quadrimestre (3,5%), mas mesmo assim essa variação foi a metade da registrada no mesmo quadrimestre do ano passado, denotando o arrefecimento da expansão dos rendimentos para essa classe. Os trabalhadores do setor público, que sofreram a perda de renda real tanto em 2003 quanto em 2004, passaram a registrar crescimento, porém com uma tendência de expansão mais estável.

A massa salarial efetiva⁶ também registrou em dezembro de 2005 o maior crescimento na comparação com o mesmo mês do ano anterior (11,5%) da nova série da PME. Porém, após essa marca, houve uma desaceleração do crescimento para a casa dos 4%. Entretanto, em março, último dado disponível, esse indicador voltou a crescer com mais força (5,7%). Vale notar que a variação da massa salarial nesse mês, na comparação com março do ano anterior, foi maior que a registrada no mesmo mês de 2005 (5,3%), na mesma comparação. Diferentemente do início do ano passado, quando a expansão da massa salarial refletiu a expansão da ocupação, este ano o fator preponderante tem sido o aumento dos rendimentos médios.

O Gráfico 2.9 mostra claramente a mudança de tendência na evolução da massa salarial, que se encontrava em queda em todo o ano de 2003, revertendo esse quadro para consecutivos crescimentos a partir de abril de 2004, estabilizando-se numa expansão ao redor de 5% a.a. Esse movimento possibilitou o crescimento do nível da massa salarial – indicada pela seta pontilhada no mesmo gráfico.

6. Calculada aqui como a multiplicação dos rendimentos reais efetivamente recebidos pelo total da ocupação.

TABELA 2.5

PME/IBGE: RENDIMENTOS MÉDIOS REAIS HABITUALMENTE RECEBIDOS SEGUNDO SETOR E POSIÇÃO NA OCUPAÇÃO

[variação ante o mesmo mês do ano anterior (%)]

Meses	Ocupados				
	Total	Setor público	Setor privado		Conta-própria
			Com carteira	Sem carteira	
Média de 2003 ^a	-12,9	-7,2	-7,9	-7,5	-20,4
Média de 2004	-0,7	-1,9	0,3	-0,2	-0,1
Média de 2005	2,0	4,0	-0,8	5,1	1,8
Média de jan.-abr./2005	1,8	4,9	-1,5	7,0	-1,3
Abr./2005	0,8	4,5	-2,6	4,0	-2,9
Mai./2005	0,0	2,6	-1,7	-2,6	-4,2
Jun./2005	-0,3	3,3	-2,0	0,0	-0,9
Jul./2005	1,6	4,3	-1,0	3,8	0,7
Ago./2005	3,7	5,6	1,9	5,4	4,2
Set./2005	2,0	2,3	0,3	1,3	6,7
Out./2005	1,8	1,3	-1,0	7,3	3,8
Nov./2005	2,1	5,5	-0,4	4,1	5,2
Dez./2005	5,8	3,9	0,7	13,5	11,5
Jan./2006	2,3	2,7	0,0	4,3	5,7
Fev./2006	2,5	1,9	0,2	3,5	5,2
Mar./2006	2,5	3,5	1,5	0,7	3,5
Abr./2006	4,7	3,7	5,3	5,5	6,7
Média de jan.-abr./2006	3,0	2,9	1,8	3,5	5,3

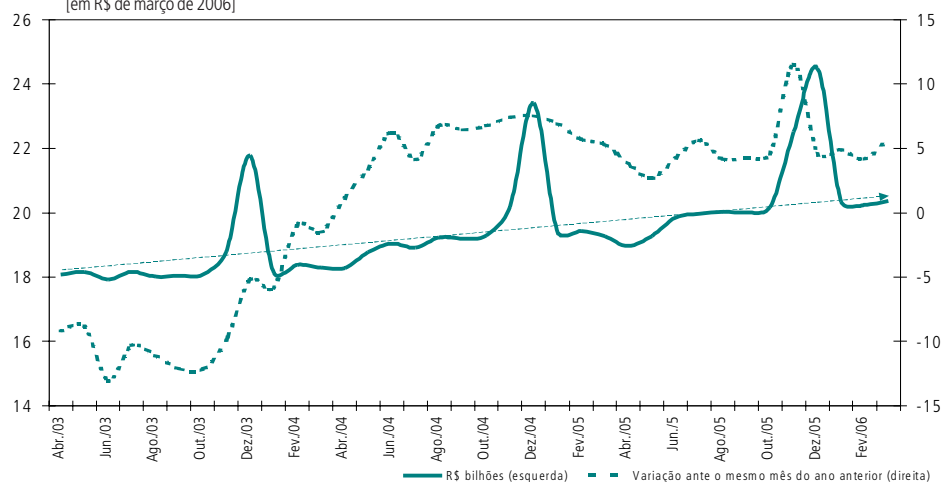
Fonte: PME/IBGE. Cálculo e elaboração: Ipea/Dimac.

^a Média de março a dezembro.

GRÁFICO 2.9

MASSA SALARIAL EFETIVA

[em R\$ de março de 2006]



A massa salarial deve continuar sua expansão mesmo se houver alguma desaceleração dos rendimentos reais efetivos, pois espera-se uma aceleração do crescimento da ocupação nos próximos meses, elevando assim a criação de empregos no acumulado em 12 meses.

